2001, ou a grande reviravolta conjuntural[1]

Michel Husson

Economista, membro do conselho científico da Association pour une Taxation des Transactions Financières pour l'Aide aux Citoyens (Attac)

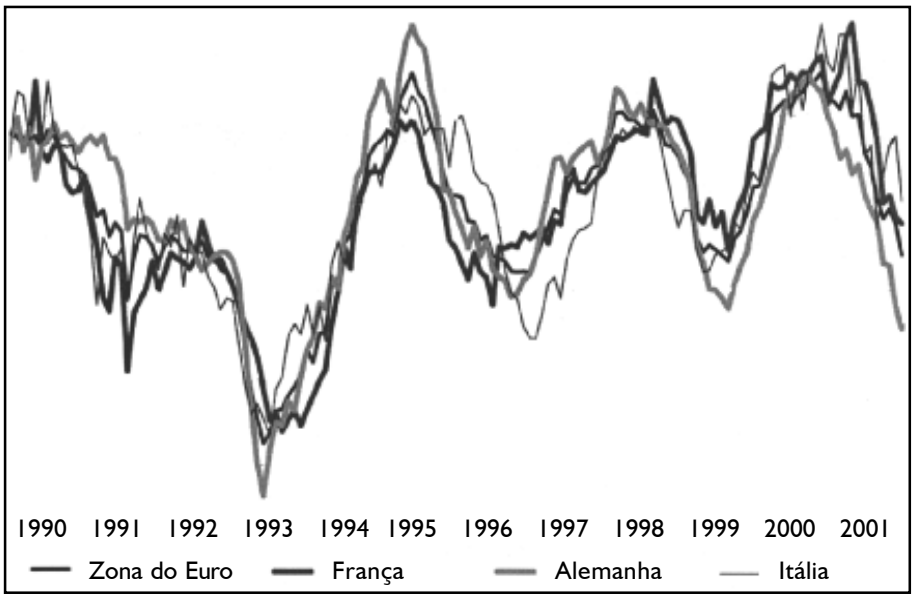
Evidentemente, a análise da conjuntura econômica mundial foi perturbada pelos atentados do último 11 de setembro. Faz-se necessário, pois, realizarmos um duplo debate, sobre a natureza da reviravolta a qual assistimos e sobre as coordenadas do novo período aberto após o 11 de setembro. Isso supõe operarmos num vai e vem entre o curto prazo e um período mais longo, entre a verificação e as hipóteses.

Se deixarmos provisoriamente de lado a onda de choque do 11 de setembro e nos voltarmos para os debates recentes, reencontraremos duas questões que realçam o caráter profundamente ambivalente do período. Um dia após as crises financeiras de 1997-1998, o debate estava polarizado em torno da seguinte interrogação: *crash* final ou atoleiro? Finalmente, não tivemos nem um nem outro, mas um salto do crescimento, uma "bonança" (1997-2001) que fez surgir uma nova interrogação: tratar-se-ia de um ciclo *high tech* excepcionalmente vigoroso ou da perspectiva de uma nova onda expansiva? Brevemente, as respostas sugeridas cobriam uma gama muitíssimo ampla, indo do catastrofismo a uma adesão crítica à euforia capitalista.

O exame dos principais indicadores produtivos (gráfico 1) ilustra o funcionamento fortemente cíclico das economias européias. Ele permite também verificar que a reviravolta conjuntural foi anterior ao 11 de setembro, da mesma maneira que a recessão do início dos anos 1990 foi esboçada antes da Guerra do Golfo. Isto justifica realizar um certo recuo para tirar as lições da conjuntura recente que veio dissipar um certo número de ilusões.

[1] Reproduzido, com a permissão do autor, de *Inprecor,* n. 463/464, out.-nov. 2001. Traduzido por Ruy Braga.

GRÁFICO 1 - Indicadores produtivos



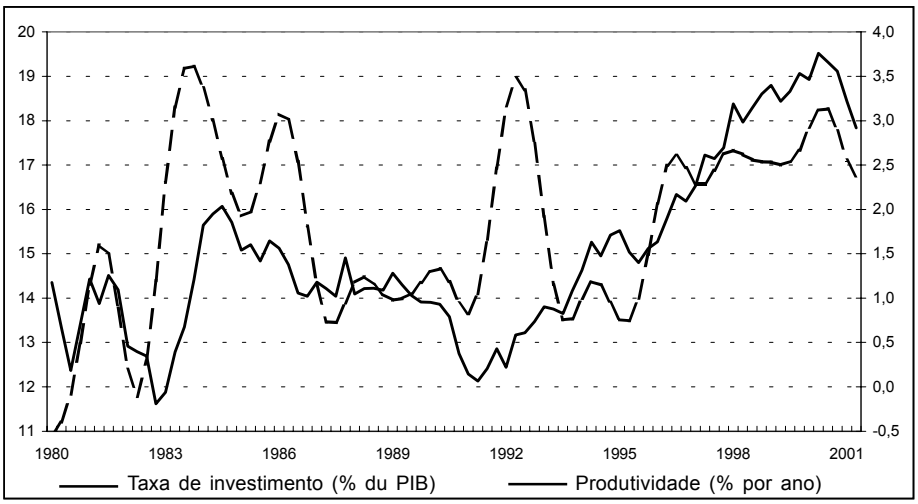
O fim da "nova economia"

O ciclo econômico desabou claramente nos Estados Unidos e as modalidades desta reviravolta tornam mais claros os limites do modelo da "nova economia". Tais limites correspondem, por sua vez, a duas ordens. Muitos são clássicos e se remetem às contradições de fundo do capitalismo e, notadamente, à tendência à superacumulação do capital. Outros provêm das formas concretas da "nova economia" e não se manifestaram plenamente ainda.

A expressão "nova economia" empregada a propósito dos Estados Unidos faz referência a diversos fenômenos – entre os quais a decolagem especulativa e a moderação da inflação –, mas repousa, antes de tudo, sobre a aceleração dos ganhos de produtividade vinculados às novas tecnologias. Uma tal inflexão apresentou por efeito um certo relaxamento das pressões sobre a rentabilidade do capital, constituindo uma condição necessária a um crescimento maior e mais estável. Mas esta condição não é suficiente, tanto isso é verdadeiro que não existe nenhuma solução tecnológica para as contradições do capitalismo.

Nos Estados Unidos, o crescimento dos anos 1990 foi efetivamente sustentado por um *boom* do investimento, particularmente marcado entre

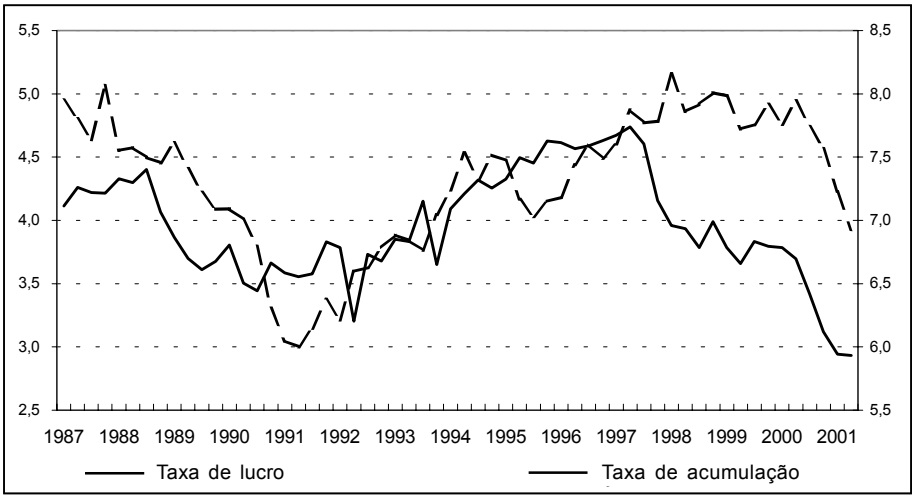
GRÁFICO 2. Investimento e produtividade nos Estados Unidos



1996-2001, e que alimentou ganhos de produtividade. O gráfico 2 ilustra essa ligação entre investimento e produtividade e demonstra bem que os recentes ganhos de produtividade foram obtidos mediante um esforço sem precedentes de investimento. Vemos ser esboçada uma resposta objetiva à questão de saber se se trata de um ciclo ou de um novo crescimento. Para diagnosticar uma nova fase de crescimento, seria necessário, de fato, que os ganhos de produtividade se mantivessem em um nível elevado e, portanto, que a robustez do investimento recente não fosse relaxada. Ora, todos os dados disponíveis mostram que tal situação não mais se verifica: o investimento cai e a produtividade diminui. Parece possível, portanto, encerrar o debate dizendo que a "nova economia" não passou de um ciclo *high tech*. Essa constatação esclarece por sua vez a natureza da recessão observada nos Estados Unidos e que manifesta todos os traços de uma crise clássica de superacumulação.

A este respeito, o simples exame da evolução comparada da taxa de lucro e da taxa de acumulação de capital é suficientemente convincente. Esta última apresentou um aumento regular ao longo dos anos 1990, para depois sofrer uma inflexão em 2000. Quanto a taxa de lucro, esta acompanhou a acumulação de capital durante os dois primeiros terços da década, contudo, ela experimenta uma inversão muito mais cedo, por volta de 1997

GRÁFICO 3. Lucro e acumulação nos Estados Unidos



(gráfico 3). Essas observações necessitam de um trabalho de elaboração estatística, na medida que não dispomos de mais dados oficiais sobre o estoque de capital, que é preciso reconstituir. Mas a queda da rentabilidade pode ser observada diretamente por meio dos lucros das empresas que caem de 858 bilhões de dólares em 1997 (terceiro trimestre) para 761 bilhões em 2001 (segundo trimestre).

A queda da taxa de lucro resulta de dois efeitos combinados. Em primeiro lugar, a parte dos salários progride: a massa dos salários pagos pelo setor privado aumentou 30% entre 1997 e 2001. Para o mesmo período, o PIB cresceu 21,5%. Pode-se observar um aumento simultâneo da composição orgânica do capital. Dessa forma, a razão capital-produto progrediu 17% em volume e 10% em valor. Dito de outra maneira, o "espanto" do capital e a queda da taxa de exploração concorrem para um recuo da taxa de lucro. Como o investimento continuou no intervalo, desemboca-se logicamente em uma acumulação que se manifesta pela constituição de capacidades excedentes em relação às condições de rentabilidade. Esse excedente assume a forma de um recuo da taxa de utilização das capacidades de produção: no mês de agosto de 2001, ela foi a 76,2%, seu ponto mais baixo depois da recessão de 1982. Essa queda atinge particularmente as indústrias de alta tecnologia, nas quais a taxa de utilização das capacidades passa de 88% em

GRÁFICO 4: O índice Standard and Poor's 500. 1986-2001

1995, para 63,4% em 2001. Esses são, portanto, os setores representativos da "nova economia" que se encontram mais duramente atingidos.

Estados Unidos: as três "grandes anomalias"

Agora que as contradições clássicas explodiram de maneira aguda, toda a questão é saber como elas vão se articular com as contradições concretas resultantes da configuração atual da economia mundial e com as conseqüências dos ataques de 11 de setembro. Essas contradições concretas exprimem-se sob a forma de grandes desequilíbrios econômicos que atingem a Bolsa, o consumo e o déficit exterior. A primeira grande anomalia, aquela que poderia existir entre lucros e fluxos especulativos está em vias de ser desfeita, mediante um recuo tendencial que permite ao menos falar de "*crash* rasteiro" (gráfico 4). Aqui, ainda, este movimento deve ser interpretado como um cumprimento da lei do valor. As ações representam de fato uma reivindicação sobre a mais-valia criada. A médio prazo, os dividendos e excedentes financeiros que procuram essas ações não podem se separar duravelmente dos lucros reais que elas antecipam. Uma das afirmações

centrais da "nova economia", ao contrário, consistia em deixar entendido que o capital havia se emancipado desta lei do valor. Muitos teorizaram, como Michel Aglietta,[2] esse "capitalismo patrimonial" em nome do qual se demandava aos assalariados serem modernos e aceitarem produtos financeiros ao invés de salários. Toda essa fantamasgoria foi dissipada com o desabamento especulativo e a ideologia do capitalismo levou um golpe sério nessa ocasião, por mais que a evolução dos índices nos meses seguintes seja alardeada. Vai ser muito difícil, por exemplo, criar ou estender os fundos de pensão na Europa pois foi um dos principais argumentos em seu favor que desapareceu. Como de fato pedir doravante para os assalariados indexar seus salários à bolsa? A recessão resgatou essa lição fundamental válida no mundo todo: os salários devem vir antes que o risco financeiro

O movimento de correção bolsista começou há quase dois anos e, portanto, nada tem a ver com o 11 de setembro. Ele funcionou em dois tempos: o ano 2000 assistiu o movimento de ascenso se interromper, e os índices se estagnaram. Os analistas financeiros consumiram então toda sua energia para explicar que se tratava de uma estabilização provisória e que logo seria seguida por uma expansão. Mas o método Coué[3] não funcionou e a queda continuou ao longo de 2001. Esse enrosco assumiu a forma de uma impressionante desvalorização das ações da Nasdaq – cujo índice caiu de 5 mil para 2 mil durante o ano 2000, continuando a cair até 1.700, configurando um recuo global de dois terços. O índice da nova tecnologia vem, assim, se reunir aos índices financeiros "tradicionais". Isso representa perfeitamente bem o fim da "nova" economia.

A segunda grande anomalia concerne ao consumo privado. Os Estados Unidos caracterizam-se por uma situação totalmente excepcional, visto que as famílias consomem uma fração sempre crescente de sua renda – que chega hoje aos 100%. Esse dinamismo do consumo é, aliás, o principal motor do famoso "novo crescimento", mas ele não é sustentável. Alguns consomem

[2] Michel Aglietta. *Le capitalisme de demain.* Paris: Note de la Fondation Saint-Simon, 1998.

[3] Referência a Émile Coué, psicólogo francês que em 1926 publicou o livro *O domínio de si mesmo pela auto-sugestão consciente*, obra na qual desenvolve um método que preconiza salvaguardar a saúde mental individual por intermédio da substituição de "auto-sugestões malignas inconscientes" por "auto-sugestões benignas conscientes" (N. do T.).

muito porque consideram que a mais-valia virtual realizada na Bolsa equivale a uma realização de ganho, outros endividam-se para consumir, objetivando arriscar na Bolsa. A prosperidade recente repousa, portanto, sobre um forte volume de endividamento privado. O recuo de Wall Street revelou que a base desses cálculos estava distorcida, devendo ser corrigida pelo aumento da taxa de ganho (que já se encontra ligeiramente esboçada), pela ruína de certas famílias, sinteticamente, por uma menor progressão do consumo. Os atentados do 11 de setembro devem contribuir para isso, acelerando a degradação das eufóricas antecipações. Pode-se muito bem imaginar um cenário-catástrofe de uma onda de falências pessoais que conduziriam a uma queda do consumo e da demanda nacional.

A última grande anomalia se traduz em um déficit da balança exterior corrente que chega a 450 bilhões de dólares por ano, ou seja 4,5% do PIB. Isso significa que o ganho geral proveniente do resto do mundo é substituído pelo ganho interno capaz de financiar o crescimento americano. Até aqui, isto poderia ser considerado até certo ponto "saudável", visto que os capitais excedentes provenientes da Europa e do Japão iriam financiar o *boom* da "nova economia". Esse afluxo de capitais foi alimentado pela fuga dos mercados emergentes e encontra-se sustentado por um dólar forte e uma rentabilidade elevada. Contudo, as coisas estão em vias de mudar. O investimento decresceu de tal maneira que os novos capitais financiam o consumo, um processo que não pode permanecer por longo tempo, ainda mais quando a rentabilidade cai, tornando a queda do dólar plausível.

Sob vários aspectos, o choque do 11 de setembro veio perturbar essas três características. Existe o risco da inflexão do consumo ser precipitada mas, ao mesmo tempo, uma via de saída para o imperialismo dominante é esboçada. O período que se abre deverá ser marcado por uma inversão da política orçamentária. Um programa de subvenção aos setores mais atingidos foi estabelecido, assim como as despesas – militares ou outras – ligadas ao plano de resposta configuram um programa keynesiano de retomada que pode, ao menos durante um tempo, substituir um consumo salarial amarrado de maneira durável. Já se fala em 100 bilhões de dólares, isto representa 1% do PIB. A necessidade de financiamento exterior poderia em seguida dar lugar a uma "partilha" entre Estados Unidos e Europa que repousaria sobre o seguinte arranjo: os Estados Unidos não procurariam equilibrar sua balança recorrendo

a uma queda ofensiva do dólar que redundaria em exportar sua recessão em direção à Europa e ao Japão. Em troca dessa benevolência, os parceiros dos Estados Unidos encarregar-se-iam de assegurar um financiamento, legitimado, de agora em diante, pelo esforço proveniente da guerra contra o terrorismo.

A via é evidentemente estreita e os desequilíbrios parecem de tal modo consideráveis que se pode muito bem imaginar uma derrapagem dos Estados Unidos em direção a um cenário catastrófico onde tudo se desarranjaria ao mesmo tempo: as famílias não consumiriam mais e os capitais cessariam de afluir. A regulamentação, por sua vez, tornou-se mais conflituosa, pois se trata de acompanhar a diminuição da demanda interna e mesmo de reprimir a progressão dos salários, estimulando a economia a partir de outros setores que não os de bens de consumo. O sucesso da operação depende em grande medida da evolução das relações políticas entre Europa e Estados Unidos e da capacidade destes últimos em fazer com que o resto do mundo pague a sustentação de sua conjuntura.

A festa acabou na Europa

Sem dúvidas, tudo parece evoluir muito rapidamente. Há apenas doze meses, os dirigentes europeus gabavam-se pela expansão e exaltavam o sucesso da Europa, nova locomotiva mundial, capaz de reocupar o lugar dos Estados Unidos. Hoje, os mesmos perguntam-se o que fazer para não aplicar o calamitoso Pacto de Estabilidade anexado ao Tratado de Amsterdã de junho de 1997. A festa acabou para o social-liberalismo.

Mas, tudo parece favorecer a unificação. Não somente o euro foi implantado sem grandes transtornos como também todo o processo foi conduzido no interior de um ambiente favorável. Entre 1996 e 2000, 7 milhões de empregos foram criados, e o número de desempregados oficialmente recenseados caiu para 3,5 milhões. É absolutamente necessário analisar a natureza dessa expansão, que permite compreender melhor a reviravolta conjuntural. Para ir rápido, pode-se dizer que essa expansão é "não-liberal", no sentido que ela decorre do relaxamento e não da estrita aplicação dos dogmas liberais. Esse relaxamento não configura, precisamente, uma escolha deliberada e deve ser explicado antes de mais nada por fatores externos.

O primeiro elemento é a real desvalorização das moedas européias em relação ao dólar, em meados de 1997. A Europa ganha em competitividade,

suas exportações realizam um salto à frente e se delineia um novo miniciclo. Em 1998, o dinamismo das exportações foi substituído por uma progressão do poder de compra dos salários proveniente da diminuição acidental da inflação (e não das altas do salário nominal). O consumo é imediatamente retomado – os economistas burgueses dissertam sobre a "confiança" das famílias –, assim como o investimento. A retomada da atividade estimula a criação de empregos que, por sua vez, sustentam o consumo. No âmbito orçamentário, o crescimento faz aumentar as receitas e baixar os déficits, na maior parte do tempo de maneira inesperada.

Esses encadeamentos que poderiam ser qualificados de keynesianos representam uma crítica experimental da teologia neoliberal cujos preceitos, em seu conjunto, viram-se condenados. Era necessário, diziam-nos, possuir uma moeda forte, antes de ter uma moeda única. É em nome dessa lei que foi imposta à Europa uma política digna dos planos de ajuste estrutural que custou muitos empregos. Mas o grande paradoxo é que o euro se constituiu, finalmente, como uma moeda fraca. Sem esse balão de oxigênio oferecido pelo aumento do dólar em 1997, a realização do euro teria experimentado sérias dificuldades.

A progressão do poder de compra dos salários não provocou nenhum dos desastres anunciados. A inflação permanece baixa e a Europa está totalmente superavitária em relação ao resto do mundo. Ainda que a parcela representada pelos salários na composição da renda nacional decresça após mais de 15 anos, conforme as preconizações liberais, é quando ela se estabiliza que a economia – graças ao dinamismo engendrado pelo mercado interno – pode redistribuir renda. A mesma desaprovação é valida para as finanças públicas. O dogma neoliberal segundo o qual a assepsia das finanças públicas foi um preâmbulo para a retomada do crescimento funciona, na verdade, ao contrário: é a expansão econômica que vem reabsorver o déficit. A melhoria da saúde econômica observada durante estes anos permite medir o tempo perdido causado pelas políticas neoliberais portadoras de austeridade e desemprego.

O social-liberalismo ao pé do muro

É preciso abandonar a postura ingênua que consiste em tomar ao pé da letra os discursos neoliberais e acreditar que a política dominante objetiva efetivamente lutar contra o desemprego. Na realidade, a Comissão Européia

e os governos não procuram verdadeiramente escapar ao dogma neoliberal. No lugar de definir uma norma de progressão do salário que assegure um dinamismo à demanda salarial eles esforçam-se em retornar àquilo que constitui sua referência fundamental, ou seja, o congelamento dos salários. Na falta deste combustível, a expansão perderá o fôlego e sofrerá com a desaceleração proveniente dos Estados Unidos.

No fundo, assistimos ao cenário que era o mais plausível em 1998, a saber, uma progressiva frenagem de todos os motores da economia mundial. Contrariamente aos prognósticos otimistas, a desaceleração americana é quase imediatamente transmitida para a Europa. Os brutais efeitos de uma mundialização alargada – reforçada pelos entraves colocados à progressão dos mercados internos – podem ser facilmente verificados. Esta transição é tão rápida que perto da metade do comércio mundial sustenta-se sobre bens de equipamento, fato este que reflete as amplas flutuações do investimento.

A social-democracia, quando de sua maioria européia, assinou o Tratado de Amsterdã em 1997. Jospin – então primeiro-ministro francês que acabara de assumir o poder – comprometeu-se com condições entre as quais figuravam a prioridade atribuída ao emprego e a realização de um "governo econômico". Este ato fundador do social-liberalismo resumiu bem seu ponto fundamental: compatibilizar a via liberal-monetarista escolhida para a construção européia com uma política econômica mais preocupada em criar empregos. A tranqüilidade deu a impressão que essa partida tinha sido ganha, mas se tratava de uma ilusão nascida de uma expansão em grande parte inesperada. Essa injeção de oxigênio permitiu implantar o euro, deslocando para um plano secundário as contradições e as questões não resolvidas. E eis que o enfraquecimento econômico retorna. Começa crescer a percepção segundo a qual aplicar de maneira estrita o Pacto de Estabilidade equivale a impor à economia européia uma super-recessão. Contudo, não existe nenhuma outra instituição além do Banco Central Europeu para guiar e coordenar a política conjuntural. Sinteticamente, a construção européia encontra-se transfigurada, truncada e distorcida pelos interesses financeiros. Em todos os países vai se verificando este dilema: como é possível reduzir os impostos e, ao mesmo tempo, reduzir o déficit fiscal abaixo de um ponto do PIB? Entretanto, é isso que prevê o famoso Pacto de Estabilidade. Todos começam a se dar conta de que o Pacto é inaplicável.

Mas o retorno a uma política menos regressiva não está garantido. Para citar apenas um exemplo, a comissária européia responsável pelo emprego e pelas políticas sociais, Anna Diamantopoulou, declarou recentemente: "A reforma dos mercados de trabalho da União Européia está em marcha. Até agora os resultados foram positivos, mas os governos, as empresas e os sindicatos devem perseguir as políticas de reforma adotadas, independentemente de uma degradação do clima econômico mundial. A guinada da economia não deve induzir a uma inflexão da política. A estratégia a longo prazo que nós aplicamos atualmente é a única resposta possível".[4] Se acrescentarmos a isso as dificuldades inerentes à mudança da política no meio do caminho, a ausência de instituições capazes de assumir a coordenação necessária das políticas econômicas e o limitado horizonte de pensamento do Banco Central Europeu, poderemos apenas esperar o pior, ou seja, reações inadequadas à reviravolta conjuntural.

O questionamento de uma mundialização implacável

Em primeiro de outubro de 2001, o Banco Mundial publicou um documento alarmante que revisou para baixo as taxas de crescimento (apenas 2,8% em 2001, após 5,5% em 2000) dos países em desenvolvimento, prevendo ainda apenas um pequeno crescimento da taxa (3,5%) em 2002. O presidente do Banco, James Wolfensohn, aumenta a dramaticidade do quadro: "Segundo nossas estimativas, dezenas de milhares a mais de crianças morrerão por todo o mundo, além disso algo em torno de 10 milhões a mais de seres humanos estarão, certamente, vivendo abaixo da linha da pobreza com menos de um dólar por dia, em razão dos ataques terroristas".[5]

Essa previsão sinistra, digna de um "antimundialista", ilumina a verdadeira regressão que representa a mundialização capitalista, traduzida por um aumento do nível da dependência.

Para uma grande parte dos países do "Sul" e do "Leste", a conjuntura econômica representa um castigo digno dos velhos tempos das potências

[4] Comission Europeénne. *Communiqué,* 12 set. 2001. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/employment_social/empl&esf/news/emplpack2001_fr.htm>.

[5] Banco Mundial. *La pauvreté en augmentation au lendemain des attentats terroristes aux Etats-Unis*, 1 out. 2001. Disponível em: <http://lnweb18.worldbank.org/news/pressrelease.nsf/>.

imperialistas. Dito de outra maneira, sua capacidade de desenvolvimento autônomo, fundada na satisfação de suas necessidades sociais, é quase nula. A possibilidade de crescer se encontra inteiramente subordinada ao fato de ocupar um "nicho" do mercado mundial. Quanto aos países que dependem do preço das matérias primas, eles sofrerão um recuo tendencial de seus recursos. Somente os países produtores de petróleo podem lucrar com a conjuntura durante as fases de aumento dos preços, mas isso acaba por desembocar num funcionamento caótico e instável de suas economias. A Argentina[6] fornece um exemplo extremo dessas desregulamentações, mas o que dizer da situação do Japão, há dez anos estagnado, e de todos aqueles países que oscilam entre a dependência e a marginalização em relação às grandes potências?

Essa conjuntura sinistra encontra-se acompanhada de um questionamento generalizado da mundialização capitalista. Vimos o ponto de vista muito pessimista do Banco Mundial. Podemos acrescentar a este o surpreendente relatório publicado pelo *The Economist* do dia 27 de setembro. A revista ultraliberal não renuncia a nenhuma de suas convicções, mas propõe uma justificativa mais defensiva, cujo título de um dos artigos serve como uma boa ilustração: "Os antimundialistas vêem o Consenso de Washington como uma conspiração visando enriquecer os banqueiros. Eles não estão inteiramente errados".

Essa perda de legitimidade não constitui simplesmente um resultado do 11 de setembro. A lista dos países atingidos por crises periódicas extremamente duras é longa, fato este que impõe um circuito caótico às economias: México, Argentina, Coréia, Tailândia, Rússia, Argentina novamente. Tal circuito torna evidente que poucos são os países que, verdadeiramente, encontram uma saída da mundialização e a Europa está em vias de descobrir que o intervalo da prosperidade está se encerrando. O euro foi implementado, mas todas as campanhas publicitárias não conseguirão convencer os trabalhadores desses países de que eles devem esperar algo positivo disto. A Alemanha, este verdadeiro modelo de rigor monetário, encontra-se desaquecida e ainda não acabou de absorver a unificação – esta "vitória sobre o comunismo". Por sua vez, os Estados

[6] Eduardo Lucita. Crise et réorganisation du mouvement social. *Inprecor*, n. 461/462, 2001.

Unidos, Eldorado da nova economia e mesmo da "Nova Era", já estavam assistindo ao retorno da recessão antes mesmo de serem atingidos no coração de seu poder.

Mesmo a resposta imediata aos atentados assume a forma de uma autocrítica. No âmbito doméstico, ela é espontaneamente keynesiana, quase rooseveltiana, e mira o objetivo orçamentário. No âmbito internacional, os Estados Unidos descobrem, um pouco tarde, que a excessiva liberalização financeira permitiu uma clara interpenetração entre economia ilegal e economia real. Alguns meses antes dos atentados, os Estados Unidos sabotaram a reunião da OCDE sobre essa questão por meio de um ataque frontal do atual secretário do tesouro, Paul O'Neill, a qualquer obstáculo – representado potencialmente pelo combate ao dinheiro sujo e às práticas fiscais duvidosas – capaz de limitar a soberania dos Estados.[7]

As coordenadas políticas da nova fase

Hoje, a perspectiva mais provável aponta para um declínio da economia mundial acompanhado por fortes recessões em seus elos mais frágeis, notadamente no Sul. Esta nova fase, mais uma vez, não foi criada pelo 11 de setembro, mas se encontra inscrita nas tendências inauguradas na última década. Seu perfil exato depende, finalmente, de variáveis políticas que dizem respeito, principalmente, à Europa e aos Estados Unidos. A questão de saber se a Europa vai entrar em recessão ou somente desacelerar depende do grau de dogmatismo das políticas adotadas. Mas a chave da situação encontra-se no estatuto de potência dominante dos Estados Unidos. Na verdade, o 11 de setembro representa a possibilidade renovada pelo imperialismo dominante de conseguir evitar a recessão em toda sua amplitude potencial graças a um keynesianismo de tipo militar (semelhante, deste ponto de vista, ao reaganismo), cuja viabilidade se encontra assentada sobre um financiamento imposto a seus parceiros espalhados pelo mundo em razão de considerações geopolíticas (um pouco como no momento da Guerra do Golfo).

[7] Babette Stern. Paradis fiscaux: désaccord entre les États-Unis et l'OCDE. *Le Monde*, 16 mai. 2001.

Contrariamente às teses de Toni Negri a respeito do império planetário,[8] esse cenário implica uma recentralização da economia dos Estados Unidos sobre os interesses de seus próprios capitalistas e sobre seu próprio aparelho produtivo. A eventual expansão será especializada de maneira a não tirar proveito da concorrência. Num registro semelhante, os *experts* do Banco Mundial temem, com razão, que seus empréstimos a longo prazo sejam, prioritariamente, reduzidos e instrumentalizados pelos países, podendo servir de correia de transmissão para as operações de represálias deflagradas pelo governo americano. Em contrapartida, isso deveria ter por efeito apoiar toda uma série de países imersos na situação de precisar redefinir uma política que assegure uma melhor coerência entre os interesses gerais do capitalismo e aqueles de seus capitalistas nacionais. Os Estados deveriam reencontrar nessa situação uma nova razão para a intervenção econômica. No caso da Europa, não é de todo impossível que esta delicada fase obrigue-a a tomar os rumos de uma estreita coordenação capaz de fazer surgir um capitalismo europeu com uma concepção distinta de si mesmo como tal. Mas este poderá ser um começo difícil pois estará ocorrendo num contexto que favorece o aumento das contradições entre economias capitalistas desigualmente atingidas pela reviravolta conjuntural. Nesse sentido, o capitalismo alemão já perdeu sua proeminência monetária e financeira, ao mesmo tempo em que o Reino Unido permanece ainda mais predisposto a condensar sua tradicional parceria com os Estados Unidos.

A nova fase que se abre deverá, ao mesmo tempo, acentuar o caráter contraditório do triunfo do capitalismo. Em um certo sentido, o capitalismo triunfou na medida em que obteve algo muito próximo daquilo que queria. Congelamento dos salários, liberalização, privatização, flexibilização são as grandes tendências impostas pelo mundo afora. O capital reestrutura-se como bem entende, sempre extraindo grandes lucros. Mas essa vitória possui seu avesso na medida em que o capitalismo não possui mais desculpas capazes de justificar seu funcionamento caótico, regressivo e gerador de desigualdades. A década de crescimento nos Estados Unidos, da mesma maneira que a expansão verificada nos últimos anos na Europa, não conduziu a uma melhor repartição das riquezas, a uma difusão do progresso social, e sim o contrário.

[8] Michael Hardt e Toni Negri. La multitude contre l'empire. *Contre Temps*, n. 2, 2001.

Na verdade, tais sucessos apresentam sempre em contrapartida restrições suplementares para a grande maioria dos trabalhadores do planeta.

Após a crise, difundiu-se amplamente a idéia segundo a qual a economia deveria ser colocada em ordem para se obter um recomeço sobre novas bases. Esse esquema não funciona mais: os assalariados encontram-se frente a um capitalismo cada vez mais convencido de que todas as concessões que lhe são feitas representam, doravante, conquistas que precisam ser ampliadas. A moderação salarial não será recompensada por nenhuma moderação na sede de lucro! Conseqüentemente, a questão que se coloca não implica mais saber por quanto tempo será necessário esperar pela retomada. Ela chegou e não alterou em nada o destino da maioria. A lição foi compreendida: a situação dos assalariados somente poderá melhorar por meio da pressão que eles conseguem exercer no sentido de fazer avançar suas reivindicações. Pode-se pensar que, talvez por isso, vá ser muito mais difícil fazer com que os assalariados aceitem as políticas anticíclicas. Na França, o conjunto das últimas lutas sociais foi marcado por uma recusa quase moral das demissões efetuadas em empresas lucrativas. Esta ampla recusa esboça uma outra legitimidade, oposta àquela do capital, cuja essência não é mais possível neutralizar por meio do apelo ao compromisso. Os explorados perceberam, numa escala de massa, que este capitalismo é incapaz de redistribuição espontânea e que eles não obterão aquilo que lhes foi arrancado. Este desnudamento deverá facilitar a passagem de ações de resistência e de defesa das conquistas passadas à afirmação de novos direitos. O aprendizado da indisfarçável brutalidade do capitalismo deverá conduzir à formação de uma coalizão internacional, onde os novos movimentos e atores sociais virão regenerar o movimento operário tradicional. Esta perspectiva integra perfeitamente as possibilidades abertas por esta nova fase do capitalismo, mesmo que os desdobramentos do 11 de setembro a embaralhem provisoriamente.

Uma nova onda longa?

Doravante, não existe nenhuma dúvida sobre a inversão do ciclo. Naquilo que diz respeito à evolução posterior, é possível resumir nossas hipóteses principais do seguinte modo. A grande catástrofe que assumiria a forma de um enorme *crash* financeiro seguido por uma recessão mundial é pouco

plausível por duas razões. A primeira é que a desvalorização financeira eliminou as alternativas para os investidores institucionais que não têm outra escolha a não ser comprar títulos mais depressa que os outros, mas não apresentam nenhuma inclinação para se retirar completamente do mercado. Isto constitui um teto abaixo do qual os preços não deverão cair. Estes, além disso, superaram uma boa parte do caminho que deve conduzi-los a colar de novo nos "fundamentos". A segunda razão é que as burguesias internacionais, nos últimos anos, deram mostras de que sabem reagir de forma coordenada, não hesitando em utilizar instrumentos (injeção de liquidez, controle de trocas...) que, em tempos "normais", condenavam categoricamente.

Uma certa "re-regulação" dos mercados não se encontra, aliás, excluída ainda mais quando as crises se sucedem em intervalos muito próximos. Tudo isto não constitui nenhum recuo em relação a nossas posições anticapitalistas visto que estas não se reduzem ao anúncio do grande *crash*. Contrariamente, elas se desenvolvem sobre a base de uma crítica do funcionamento "normal" do sistema capitalista e não em função de sua decadência próxima. De modo simétrico, a reviravolta atual questiona a idéia segundo a qual estamos entrando em uma nova fase expansiva, em uma nova onda longa ou em um novo ciclo de Kondratieff. Claramente, o momento atual não constitui uma etapa de acumulação forte e regular, de crescimento sustentado e de redistribuição dos ganhos de produtividade aos salários. Os ciclos econômicos, longe de estarem amortecidos, encontram-se cada dia mais ampliados e próximos. Certamente, o capitalismo dispõe de um modelo global que define uma nova "ordem produtiva",[9] mas este é, por natureza, regressivo e fundado sobre uma redistribuição desigual da riqueza. Evidentemente, isso não incomodaria o capital caso esta característica não engendrasse uma instabilidade crescente, minando os fundamentos ideológicos dessa dominação em um grau que não deve ser subestimado. Em todo caso, estamos seguros de que o modo de funcionamento atual do capitalismo é, essencialmente, anti-social e que suas conquistas futuras serão exatamente proporcionadas por sua capacidade de impor um modelo fundado sobre desigualdades crescentes. Isso deveria constituir razão suficiente para ser anticapitalista.

[9] Henri Wilno. "Un novel ordre productive?". *Inprecor*, n. 451, 2000.